



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O ENSINO SUPERIOR.

Nayara Alves de Oliveira[1]

Miriam Ferreira Matos da Cruz [2]

Eixo Temático: Ensino superior no Brasil

RESUMO

O presente artigo analisa a trajetória histórica da formação docente em nível superior no Brasil. Para isso, foi realizada uma análise bibliográfica e uma análise documental, ambas amparadas nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural. De acordo com a pesquisa, verificou-se que somente partir do século XX iniciou-se o funcionamento das primeiras instituições destinadas à formação de professores em nível superior no Brasil. Anterior a este período, uma tentativa de instalação dessas unidades de ensino ocorreu sem sucesso com a criação do Curso Superior da Escola Normal de São Paulo, em 1892. Entretanto, a instalação e funcionamento de cursos superiores no campo do magistério ocorreram somente após 1930, incentivadas principalmente pelos adeptos da Escola Nova, os quais visavam à renovação e modernização da educação e do ensino.

Palavras-Chave: História, formação, docente.

ABSTRACT

This article analyzes the historical trajectory of teacher training in higher education in Brazil. For this, we conducted a literature review and document analysis, supported both in theoretical and methodological assumptions of Cultural History. According to the survey, it was found that only from the twentieth century began operation of the first institutions aimed at training teachers in higher education in Brazil. Previous to this period, an attempt to install these teaching units was unsuccessful with the creation of the Advanced Course of the Normal School of São Paulo, in 1892. However, the installation and operation of higher education in the field of teaching occurred only after 1930, encouraged mainly by supporters of the New School, which aimed at the renovation and modernization of education and teaching.

Keywords: History, training, teaching.

O presente artigo analisa o percurso histórico da formação docente em nível superior no Brasil. Para isso,

foi realizada uma análise bibliográfica e uma análise documental, ambas amparadas nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural.

De acordo com a análise historiográfica e de consultas a alguns dispositivos legais, foi possível compreender que somente partir do século XX iniciou-se o funcionamento das primeiras instituições destinadas à formação de professores em nível superior no Brasil. Anterior a este período, uma tentativa de instalação dessas unidades de ensino ocorreu sem sucesso com a criação do Curso Superior da Escola Normal de São Paulo^[3], por meio da Lei Estadual nº. 88 de 1892^[4]. Esse curso possuía dois anos de duração e tinha como objetivo formar professores para as escolas normais e ginásios.

Até as primeiras décadas do século XX, a tradição brasileira de formação em nível superior restringiu-se principalmente as Escolas de Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito e Engenharia. Nesse período, não existiam instituições superiores com cursos voltados para a formação do magistério, sendo que a formação dos professores era garantida mediante cursos pós-primário, oferecido pelas Escolas Normais.

Diante dessa afirmação, Chagas (1976) nos alega que:

A formação do magistério em nível superior é conquista recente na história educacional brasileira pós-jesuítica. De fins do século XIX até os anos 30 [...] o que tivemos foi uma "escola normal" destinada a preparar os professores "de primeiras letras": um curso geralmente de três anos que se assentava sobre um ensino primário [...] (CHAGAS, 1976, p. 57).

Essa proposta de ensino superior na Escola Normal de São Paulo permaneceu até o ano de 1920, quando foi elaborada uma nova Lei Estadual para a reestruturação da Instrução Pública^[5]. Desenvolvida pelo Diretor-Geral do Ensino "Sampaio Dória" e sob a influência de Georges Dumas^[6], essa reforma foi responsável pela criação da primeira Faculdade de Educação no Brasil com a finalidade de aperfeiçoamento pedagógico dos professores e a disseminação da cultura geral. Entretanto, essa iniciativa marca a irrelevância que teve a esse tempo, pois mesmo sendo criada por Lei essa instituição não chegou a ser instalada.

Perante tal informação, suponho que os intelectuais da época mesmo incentivando essa iniciativa perante regulamento, na prática se surpreenderam e passaram a acreditar ser prematura qualquer tentativa nesse sentido.

Segundo Hilsdorf (2003) foi nesse período que várias reformas na organização escolar foram desenvolvidas em diferentes estados brasileiros, visando à renovação e modernização da educação e do ensino. A presença de adeptos da Escola Nova no sistema de ensino impulsionou essas reformas e estimulou a rivalidade entre as propostas de remodelação da educação escolar elaborados pelos escolanovistas e pelos integrantes do grupo católico.

Perante essa interpretação, Carvalho (1998) acrescenta que,

Se em 20 houve propostas modernizadoras, seu sentido não foi o de acenar a educação como forma de mobilidade e ascensão social para as classes populares. Articuladas no âmbito de um projeto de construção da nacionalidade, tais propostas privilegiaram não a satisfação de uma demanda da população e sim a efetivação de um particular projeto da sociedade (CARVALHO, 1998, p. 26).

No rol das diferentes propostas educacionais^[7] destinadas às mudanças no ensino superior, foi aprovado em 1931 o Estatuto das Universidades Brasileiras mediante a promulgação do Decreto Federal nº. 19.851

de 11 de abril. Esse regulamento foi resultado de um agitado processo de estudos e debates sobre a situação do ensino superior brasileiro, que tinha por finalidade estabelecer os padrões de organização e funcionamento das instituições superiores em todo o país.

De acordo com Mendonça (2000) várias reações foram desencadeadas em repúdio ao que foi estabelecido no documento. Basta lembrar que o próprio Estatuto foi elaborado a partir da união de diversas propostas colocadas por diferentes grupos^[8] da Associação Brasileira de Educação, como estes não compartilhavam das mesmas idéias, o Estatuto acabou contrariando “gregos e troianos”, ou seja, engenheiros e católicos. Enquanto o primeiro grupo criticava a centralização do Governo Federal e a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras com a restrita função de formar professores; o segundo acusava o projeto de laicizante.

Entre os vários dispositivos, o Estatuto (Decreto Federal nº. 19.851 de 11 de abril de 1931, Art. 5º, inciso I) ordenava que:

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências: I, congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras; (BRASIL, 1931a, s/p.).

Perante essa reestruturação no ensino superior surge novamente um significativo interesse pela criação de uma Faculdade de Educação, agora reunida aos estudos referentes à sessão de ciência e letras. Para o Ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos (1934-1945), responsável pela elaboração do Estatuto, essa faculdade permitia a universidade transcender os limites do interesse puramente profissional imprimindo-lhe o caráter propriamente universitário.

Na Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos sobre a Reforma do Ensino Superior, ele explica que a instalação dessa nova faculdade teria um caráter eminentemente “utilitário e prático”, não seria apenas um órgão de alta cultura ou de ciência pura e desinteressada, mas deveria ser antes de tudo um Instituto de Educação cuja função precípua seria a formação de professores (FÁVERO, 2000c).

A justificativa para esse caráter híbrido e ambíguo estava em que era preciso ter cautela ao se instalar pela primeira vez no país um instituto de alta cultura, pois essa instituição não poderia ser organizada de uma vez e de forma exclusiva.

Apesar da ênfase do Ministro em instalar a referida faculdade torna-se necessário ressaltar que esta foi apresentada no texto do Estatuto como condição possível e não como obrigatória. Assim, continuava admissível a instituição de universidades com as três faculdades tradicionais^[9] sem abrir espaço acadêmico para os estudos pedagógicos.

Esse fato tornou-se realidade no mesmo ano, com a organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Criada desde 1920 pelo Governo Federal, a URJ foi reestruturada por meio do Decreto-Lei nº. 19.852/31, o qual estabeleceu a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras (FECL) com a finalidade de desenvolver a prática da investigação e promover a formação de professores secundários (BRASIL, 1931b).

Embora o Decreto tenha criado a FECL na URJ, esse dispositivo não se concretizou e a nova faculdade não chegou a ser instalada. Ante o referencial bibliográfico utilizado nesse estudo, não foi possível compreender o desinteresse na instalação dessa faculdade. Segundo Fávero (2000b) o exame das fontes também não permitiu explicar, o motivo dessa unidade ter sido postergada por tantos anos.

Apesar da reorganização da URJ no ano de 1931, a primeira universidade a ser criada segundo as normas

do Estatuto das Universidades foi a Universidade de São Paulo (USP)^[10], fundada em 25 de janeiro de 1934. Essa instituição apresentava em sua estrutura uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP) que segundo Fernando de Azevedo^[11] passou a ser a “célula-mater” da universidade, tendo por objetivo a realização de altos estudos desinteressados e a pesquisa.

Ao ser criada, a USP também incorporou o Instituto de Educação de São Paulo por meio da Escola de Professores, com a finalidade de formar o magistério primário, secundário e também técnicos de ensino, em nível superior^[12]. Assim, enquanto o Instituto de Educação da USP desenvolvia e abordava os estudos pedagógicos; a FFCL era responsável por oferecer os conteúdos específicos das matérias que pretendiam lecionar nos cursos secundários.

Inelzimente, o Instituto de Educação (IE/USP) não chegou a denominar-se Faculdade de Educação, antigo sonho de Fernando de Azevedo que pretendia através da pesquisa obter as prerrogativas e se estabelecer no mesmo nível da FFCL/USP^[13]. Apesar do próprio Fernando de Azevedo batizar em vários documentos o Instituto de Educação como Faculdade de Educação, essa transformação não foi possível, pois o anteprojeto elaborado e aprovado pela Congregação do Instituto que alterava o nome e a estrutura da unidade de ensino não foi aprovado pelo Secretário de Educação e Saúde Pública de São Paulo. Além disso, o Instituto de Educação da USP foi reduzido em 1938, ao ser transformado em Seção de Educação (depois seção de Pedagogia) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

De acordo com alguns estudos foi possível entender que além de vários motivos de enfoque administrativo alguns desentendimentos políticos entre Fernando de Azevedo (diretor do IE-USP) e alguns membros do grupo católico, os quais permaneciam aliados ao Interventor Federal do Estado, Ademar de Barros, e ao Ministro da Educação, Gustavo de Capanema, contribuíram para o seu fechamento. Em presença dos desafetos políticos, Toledo (1995) e Evangelista (2002) compartilham a mesma opinião.

Azevedo ligava-se as forças contrárias a Ademar de Barros, Interventor Federal no Estado, e articulava um discurso que dificultava a inserção do ideário católico na formação dos professores. O fechamento do Instituto e a concomitante transferência de suas atribuições à FFCL, sob a direção de um católico – Alexandre Corrêa - poderia garantir a difusão da moral cristã, como também um mercado que se afigurava fugidio diante da defesa da escola pública gratuita e laica (EVANGELISTA, 2002, p. 191).

Em 1935, Anísio Teixeira^[14] criava a Universidade do Distrito Federal (UDF), através do Decreto Municipal nº. 5.513/35 voltada especialmente, à renovação e ampliação da cultura e aos estudos desinteressados. Logo, o Instituto de Educação do Distrito Federal, foi incorporado a UDF pela Escola de Professores, que ao ser agrupada passou a denominar-se Escola de Educação (BRASIL, 1935).

Ao analisar o Decreto (Art. 4º), foi possível concluir que ao contrário do Instituto de Educação da USP que tinha como objetivo exclusivo a formação pedagógica dos professores; o Instituto de Educação da UDF apresentava a finalidade central de prover a formação do magistério em todos os graus de ensino, formar os especialistas de educação e, além disso, concorrer como centro de documentação e pesquisa para a formação de uma cultura pedagógica nacional.

Cunha (1980) procurou explicar essas diferenças a partir da vinculação das duas experiências universitárias a uma dupla vertente do pensamento liberal no campo pedagógico. A USP seria expressão do liberalismo elitista de Fernando de Azevedo, enquanto a UDF se vincularia ao liberalismo igualitarista de Anísio Teixeira. Entretanto, essas categorias não dão conta de esclarecer integralmente as divergências efetivamente existentes entre os dois projetos de universidade.

Na UDF, Anísio esclarece que a Faculdade de Educação, Ciências e Letras era representada pela Escola de

Ciências (integrada a Faculdade de Direito); Escola de Educação (anexa ao Instituto de Educação) e pela Escola de Filosofia e Letras. Aliás, apesar de Nunes (2000), Fávero (1977) e Vidal (2001) afirmarem que existia na UDF uma Faculdade de Educação, não foi encontrado registros que comprovem a sua instalação.

Contudo, essa universidade municipal teve existência breve devido à perseguição feita a seu idealizador que foi acusado de comunista. Essa situação deu origem à expressão de Fávero (2000c), a "utopia vetada". O veto se consumou com o Decreto-Lei nº. 1063 de 20 de janeiro de 1939^[1], por iniciativa do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema (1937-1945) e integrantes do grupo católico representado por Alceu de Amoroso Lima, os principais opositores de Anísio Teixeira e de sua Universidade da Educação^[15].

De acordo com Mendonça (2002),

[...] a extinção da UDF foi resultado da confluência de interesses da Igreja e do governo federal, em um momento em que estes redefiniam seus respectivos papéis, bem como o caráter das relações que mantinham entre si. Para a igreja, a UDF ameaçava especialmente pelo seu caráter laico [...] Do ponto de vista do governo federal, a UDF se inviabilizaria por se tratar de uma iniciativa do poder municipal, em um momento que crescia aceleradamente a tendência ao centralismo (MENDONÇA, 2002, p. 122).

Antes dessa medida a Universidade do Rio de Janeiro foi novamente reorganizada, passando a se chamar Universidade do Brasil (UB) mediante Lei nº. 452/37. Representando o padrão federal "por excelência" do governo ditador, essa universidade foi constituída por 15 faculdades denominadas de nacional, entre elas a de Educação, e Filosofia, Ciências e Letras. Segundo Schwartzman (1984),

Formada em 1937, a nova Universidade do Brasil teria como um de seus principais objetivos implantar em todo o país um padrão nacional e único de ensino superior, ao qual a própria USP se deveria amoldar. Ela teria ainda um outro objetivo mais geral, que era estabelecer um sistema estrito de controle de qualidade no ensino superior [...] (SCHWARTZMAN, 1984, p.145).

Embora a Faculdade Nacional de Educação tivesse sido criada, não foi instalada. Para Sucupira (1969) na época não havia sido amadurecido suficientemente a consciência dos problemas educacionais, nem existia a convicção de que o educador carecia de um ambiente específico para uma formação técnico-profissional especializada.

Deste modo, devido às dificuldades de instalação e consolidação das Faculdades de Educação no Brasil, a responsabilidade pela formação do magistério superior foi transferida para as Faculdades de Filosofia. Essa instituição estruturou seus cursos em duas modalidades: o bacharelado em diferentes graduações (Matemática, Filosofia, Química, Biologia, Física, etc.) e a licenciatura por meio do Curso de Didática, com a duração de um ano acrescentado ao bacharelado^[16].

A primeira FACED instalada no país foi a Faculdade de Educação do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina, em 1964. Criada no ano de 1963 pelo governo estadual foi responsável pela implantação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais e a estruturação do Curso de Pedagogia. O objetivo era dirigir pesquisas educacionais e formar docentes e técnicos em educação para atender o crescimento do número de escolas (AGUIAR, 2006).

A segunda experiência surgiu no ano de 1966, integrada a Universidade de Brasília (UnB), concretizando um antigo projeto do seu idealizador Anísio Teixeira. Instituída ainda em 1962, esta não surgiu a partir do desmembramento ou da incorporação de outra unidade de ensino. pois a UnB foi à primeira universidade

do país a ser organizada sem a tradição predominante de aglutinar faculdades independentes.

Posteriormente, essa iniciativa se espalhou devido à aprovação dos Decretos-Lei nº. 53/66 e 252/67, responsáveis pela reformulação das universidades federais. Diante desses regulamentos as Faculdades de Filosofia (FAFIs) sofreram uma considerável fragmentação, proporcionando a criação dos diversos institutos de conteúdos específicos e a instalação das Faculdades de Educação (FACEDs). Essa situação foi resultado “[...] de um movimento de autonomização das diferentes seções dessa faculdade, que cresciam em tamanho e se diferenciavam pela própria lógica de desenvolvimento do campo científico” (CUNHA, 2000, p.181).

Assim, após esse novo regulamento, as FACEDs que até o momento não tinham se efetivado irão se proliferar no seio das universidades em todo o Brasil. Foi diante dessa nova organização que foi instalada, em 1968, a primeira e única Faculdade de Educação em Sergipe, desmembrada da Faculdade Católica de Filosofia e agregada à Universidade Federal desse Estado.

[1] Esse Decreto determinou a transferência de unidades da UDF para a Universidade do Brasil.

[1] Doutoranda em Educação pelo NPGED/UFS. E-mail: naalves10@hotmail.com

[2] Licenciada em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe. Professora de Literatura Brasileira da Rede Estadual de Educação de Sergipe. E-mail: mirianferreiramatos@hotmail.com

[3] A Escola Normal de São Paulo também é conhecida como Escola Normal da Praça ou Escola Normal da Capital.

[4] A Lei Estadual nº. 88 foi responsável pela Reforma da Instrução Pública em São Paulo, em 1892. Cf. ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. “As origens da Faculdade de Educação da USP”. In. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo/SP: Editora USP, Nº. 1, Vol. 1, p. 25-41, 1975.

[5] Essa Reforma foi concretizada, através da Lei Estadual de São Paulo nº. 1.750 de 8 de dezembro de 1920, pelo Diretor-Geral do Ensino Sampaio Dória. Cf. FÉTIZON, Beatriz A. de Moura. “Faculdade de Educação: antecedentes e origens”. In. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo/SP: Editora USP, Nº. 22, Vol. 8, p. 365-373, 1994.

[6] Georges Dumas era francês e exercia o cargo de docente da Sorbonne. Seu objetivo era criar no Brasil uma Escola Normal Superior, inspirada no modelo francês. Seu projeto influenciou a criação da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1937.

[7] Na mesma época partia do Rio de Janeiro e de São Paulo um amplo movimento com membros de diversas entidades (Politécnica do Rio, Academia Brasileira de Ciências, Academia Brasileira de Educação, Instituto Franco-Brasileiros de Alta Cultura e da imprensa, através do jornal O Estado de São Paulo) que tinham a intenção de reformar o ensino superior brasileiro, segundo uma nova concepção que fazia da pesquisa básica o núcleo da universidade. Cf. FÉTIZON, Beatriz A. de Moura. “Faculdade de Educação: antecedentes e origens”. In. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo/SP: Editora USP, Nº. 22, Vol. 8, p. 365-73, 1994.

[8] No que se refere ao projeto de ensino superior elaborado pelos pioneiros da Escola Nova, verifica-se uma ressonância perante a criação da USP e da UDF. Entretanto, os integrantes desse grupo também nem sempre compartilhavam as mesmas idéias e interesses.

[9] Faculdade de Direito, Medicina e Engenharia.

[10] A USP (unidade da esfera estadual) foi o resultado de um projeto educacional liberal defendido por Fernando de Azevedo, que pretendia formar uma elite pensante que dirigisse o Brasil e um novo professorado de acordo com os princípios da Escola Nova e da educação científica e profissionalizante. O projeto paulista pretendia recuperar a hegemonia política, perdida com a derrota da Revolução Constitucionalista em 1932, com a conquista da hegemonia cultural. Cf. ANTUNHA, Heladio C. G. **Universidade de São Paulo** - Fundação e Reforma. São Paulo/SP: Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da USP. CRPE - Centro de Pesquisas Educacionais do Sudeste, 1974 (Tese de Livre Docência).

[11] Educador, ensaísta, e sociólogo, Fernando de Azevedo (1894-1974) foi o principal introdutor das concepções do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) no Brasil. Foi Diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30); Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (1941-42). Cf. TOLEDO, Maria Rita. **Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou As Aventuras e Desventuras do Criador e da Criação**. São Paulo/SP: Faculdade de Educação da PUC, 1995 (Dissertação de Mestrado em Educação).

[12] É preciso mencionar que antes da criação do Instituto de Educação da USP outras unidades de ensino, de forma não institucionalizada, também desenvolveram cursos de nível superior para a formação de professores. Alguns exemplos: A Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais criada em 1929 por Francisco Campos, o Instituto de Educação do Distrito Federal criado em 1932 por Anísio Teixeira e o Instituto de Educação de São Paulo criado em 1933 por Fernando de Azevedo. Cf. PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **A Reforma Educacional Francisco Campos** — Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos. Belo Horizonte/MG: Faculdade de Educação da UFMG, 1981. (Dissertação de Mestrado em Educação); VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2001; EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do professor: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)**. Florianópolis/SC: NUP/CED/UFSC/Editora Cidade Futura, 2002.

[13] Apesar do Decreto de criação da USP não determinar a fundação de uma Faculdade de Educação, havia por parte de Fernando de Azevedo interesse em criá-la.

[14] Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900 em Caetité (BA). Filho de fazendeiro estudou em colégios de jesuítas na Bahia e cursou direito no Rio de Janeiro. Diplomou-se em 1922 e em 1924 já era inspetor-geral do Ensino na Bahia. Foi nomeado diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro, onde criou entre 1931 e 1935 uma rede municipal de ensino que ia da escola primária à universidade. No ano de 1962 tornou-se membro do Conselho Federal de Educação, no qual atuou até 1968. Muitas de suas idéias eram inspiradas na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno. Cf. NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2000.

[15] Esse projeto de universidade elaborado por Anísio Teixeira desafiava a reforma universitária de Francisco Campos, pois os estatutos da UDF foram aprovados pelo prefeito e não pelo Ministério da Educação como o recomendado, além disso, não possuía as três faculdades exigidas. Também, contrariou os interesses do grupo católico, que não aceitava ter sido excluído da elaboração do seu projeto e estar ausente do corpo docente. Cf. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet. **Tempos de Capanema**. São Paulo/SP: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 1984.

[16] Após o Decreto-lei nº. 1.190 de 1939 as Faculdades de Filosofia passaram a ser constituídas de cinco sessões: Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia e uma seção especial de Didática. É importante mencionar que o sistema 3+1 só iniciou com o Decreto 3454 de 1941, quando estabeleceu que o curso de Didática (de um ano) não poderia ocorrer simultaneamente aos cursos do bacharelado (de três anos), mas somente após obter o título de bacharel. Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade do Brasil: Das**

Origens à Construção. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ/INEP, 2000 (b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Letícia Carneiro. **O curso de Pedagogia em Santa Catarina:** a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960. Florianópolis/SC: Programa de Pós-Graduação em Educação / Universidade Federal de Santa Catarina, 2006 (Tese de Doutorado em Educação).

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. "As origens da Faculdade de Educação da USP". In. **Revista da Faculdade de Educação.** São Paulo/SP: Editora USP, Nº. 1, Vol. 1, p. 25-41, 1975.

BRASIL. Decreto-Lei n. 19.851, de 11 de abril de 1931a. Estatuto das Universidades Brasileiras. In. FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade do Brasil:** Guia dos Dispositivos Legais. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ/INEP, 2000. p. 51 à 84.

BRASIL. Decreto-Lei n. 19.852, de 11 de abril de 1931b. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. In. FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade do Brasil:** Guia dos Dispositivos Legais. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ/INEP, 2000. p. 84 à 102.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo/SP: UNESP, 1992. p. 7-38.

CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino Superior:** legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro/GB: Editora Melhoramentos, 2º edição, 1985.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileiro de Educação (1924-1931). Bragança Paulista/SP: EDUSF, 1998.

CHAGAS, Valnir. **Formação do Magistério:** novo sistema. São Paulo/SP: Atlas, 1976.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

CUNHA, Luiz A. **A Universidade Temporã.** O ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz A. **A Universidade Reformada:** o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo/SP: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira *et all.* **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000, p. 150-203.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe 1964/1984:** partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

DEMARTINI, Z; ANTUNES, F. **Magistério primário:** profissão feminina, carreira masculina. Cadernos de

Pesquisa, São Paulo/SP, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

ESCOLANO BENITO, Agustín. A arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VINÃO FRAGO, António e ESCOLANO BENITO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**. 2º edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-58.

EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do professor**: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938). Florianópolis/SC: NUP/CED/UFSC/Editora Cidade Futura, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil**: Guia dos Dispositivos Legais. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ/INEP, 2000 (a).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil**: Das Origens à Construção. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ/INEP, 2000 (b).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder**, 2º edição. Brasília/DF: Plano. 2000 (c).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque *et all.* **Dicionário de Educadores no Brasil**: da Colônia aos dias atuais. 2ª ed. aumentada. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ & MEC/INEP/COMPED, 2002.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de. **Educar professores** Um questionamento dos cursos de Licenciatura da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP: FEUSP, 1978.

FÉTIZON, Beatriz A. de Moura. "Faculdade de Educação: antecedentes e origens". In. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo/SP: Editora USP, Nº. 22, Vol. 8, p. 365-373, 1994.

HILSDORF, Maria Lúcia S. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo/SP: Thomson, 2003.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo. **Anísio Teixeira e a Universidade de Educação**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. UERJ, 2002.

MORAIS, Giselda. **Dom Luciano José Cabral Duarte**: Relato biográfico. Aracaju/SE: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

NOVÓA, António de S. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, D. & BASTOS, M. H. C. **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo/SP: Escrituras, 1997. p. 11-32.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2000.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1984.

NUNES MENDONÇA, José Antonio. **A Educação em Sergipe**. Aracaju/SE: Livraria Regina, 1958.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **A Reforma Educacional Francisco Campos** — Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos. Belo Horizonte/MG: Faculdade de Educação da UFMG, 1981. (Dissertação de Mestrado em Educação)

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo/SP: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 1984.

SUCUPIRA, Newton. "Institutos universitários e a pesquisa científica". In. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro/RJ: INEP/ MEC, Nº. 91, p. 4-15, jan.-mar, 1963.

SUCUPIRA, Newton. "Conteúdo da Faculdade de Educação e organização departamental". In. **Documenta**. Rio de Janeiro/RJ: MEC, Nº. 91, p. 83-84, set. 1968.

SUCUPIRA, Newton. "Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação". In. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília/DF: INEP/ MEC, Nº. 114, p. 260-275. Abr./jun. 1969.

TOLEDO, Maria Rita. **Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou As Aventuras e Desventuras do Criador e da Criatura**. São Paulo/SP: Faculdade de Educação da PUC, 1995 (Dissertação de Mestrado em Educação).

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da História**. Estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2001.